# Pesquisando na interface da Comunicação e da Antropologia: etnografando práticas de consumo de telefones celulares em um bairro popular[1]

Sandra Rubia da SILVA[2]
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

**Resumo**

O artigo centra suas considerações nos desafios do trabalho de campo enfrentados em meu percurso como pesquisadora da Comunicação que se tornou uma antropóloga interessada no tema do consumo de tecnologia em contextos urbanos. Em diálogo com as reflexões de Fonseca (1999), Cardoso de Oliveira (2000) e Zaluar (1985, 2009) a respeito dos limites e possibilidades do encontro etnográfico, analiso diversos incidentes ocorridos durante o trabalho de campo em suas interrelações com a ética da pesquisa, os processos de inserção em campo e a sempre delicada relação entre pesquisador e participantes da pesquisa.

**Palavras-chave:** comunicação; culturas urbanas; etnografia; trabalho de campo; camadas populares.

## Da inserção em campo de uma antropóloga aprendiz: o medo

*Como para mim a atividade de pesquisa não era mera técnica de obtenção de dados, vivemos uma relação social em que ambas as partes aprenderam a se conhecer.*
Alba Zaluar, *O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva*,
in "A Máquina e a Revolta"

Meu objetivo aqui é refletir sobre meu trabalho de campo em um bairro de camadas populares da cidade de Florianópolis, relembrando um dilema de meus primeiros tempos como pesquisadora. Embora não fosse um problema central de minha pesquisa de doutoramento sobre as práticas de consumo de telefones celulares em um bairro de camadas populares (SILVA, 2010), a questão do tráfico de drogas e do papel do telefone celular nesse contexto surgiu transversalmente no relato de meus interlocutores. Levando em conta a ética da pesquisa e a segurança da pesquisadora, pensei em como abordar essa questão ou mesmo se deveria abordá-la. Além do dilema vivido, compartilho aqui os contextos de inserção no campo – em especial os primeiros meses – e processo do estabelecimento do vínculo de confiança com os interlocutores.

Em janeiro de 2007, iniciei uma primeira fase de meu trabalho de campo na comunidade que aqui chamo de Morro São Jorge[3]. Tendo iniciado o doutorado em 2006 e

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS, 2005) e doutora em Antropologia Social (UFSC, 2010), com período sanduíche no Departamento de Antropologia do University College London, sob orientação do prof. Daniel Miller. Docente do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM. E-mail: sandraxrubia@gmail.com

já concluído a maior parte das disciplinas, pensava em delimitar qual seria meu campo definitivo. Essa inserção em campo foi propiciada por Claudia, uma amiga de longa data, assistente social da Prefeitura de Florianópolis e que trabalhava no Morro São Jorge já há mais de seis anos. Na época, entrevistei membros das camadas populares, e também alguns de camadas médias, acerca de suas práticas de consumo e percepções dos significados simbólicos dos telefones celulares com o objetivo de escrever um artigo cujo resumo havia sido aceito para um congresso na área de Comunicação, o INTERCOM[4]. Uma dessas pessoas foi Marisa, que acabou se tornando uma interlocutora privilegiada.

Já nessa entrevista, pude perceber como os tanto os "de fora" quanto os moradores vivem em uma espécie de equilíbrio delicado, um acordo negociado com o poder paralelo exercido pelos membros do tráfico. No caso de Marisa, as várias formas de tornar seu lar aconchegante, como o enfeite de Natal na porta da casa, feito pelo filho Everson, constrastavam com as estórias que Marisa contou do Morro: quem havia sido preso ultimamente, quem foi solto, quem morreu. Nesse instante, ouço foguetes e as sirenes – a polícia estava no Morro. E assim fui apresentada a uma experiência que vivi muitas outras vezes: os fogueteiros avisando da chegada das autoridades policiais.

Em um determinado momento da entrevista, Marisa, que posteriormente autorizou aqui a reprodução desse diálogo, diz "Celular, tu sabes, a rapaziada aí toda tem..." Imediatamente, Cláudia me pede que desligue o gravador, "Não grava isso aí, não..." Com o pedido de Cláudia, a conversa sobre o uso que "a rapaziada" faz dos celulares também não foi muito longe. "Nem fala que é aqui, diz que é lá no subúrbio", recomenda Marisa. Como membro de classe média, e pesquisadora que pela primeira vez "andava no morro" eu mesma estava tendo de lidar com essa nova experiência e meus próprios medos, além do temor de alguns familiares ("tu vais fazer pesquisa na *favela*, o que é que tu queres por lá...? Não dá para ser em outro lugar não?").

Entretanto, o trabalho de campo foi interrompido no primeiro semestre de 2008, devido ao meu estágio de doutorado-sanduíche. Passei quatro meses em Londres, no University College London, sob a supervisão de Daniel Miller, um antropólogo bastante conhecido no campo de estudos de antropologia da mídia e antropologia do consumo, que havia escrito em co-autoria com uma de suas orientandas um livro sobre uma etnografia dos

[3] A fim de proteger a privacidade de todos os participantes da pesquisa, utilizo aqui um nome fictício para a localidade e pseudônimos para os informantes.
[4] Em setembro de 2008, uma versão ampliada foi publicada em uma coletânea organizada pela antropóloga Silvia Borelli e por João Freire Filho, *Culturas Juvenis no Século XXI* (SILVA, 2008).

telefones celulares realizada na Jamaica (HORST; MILLER, 2006). Importante comentar que minha preocupação com a segurança foi também motivada por notícias vindas do Brasil sobre o Morro São Jorge. Entre o final de março e o começo de maio de 2008, a polícia ocupou a comunidade e revistava os moradores que subiam para o Morro. Tudo motivado, como na época foi tornado de conhecimento público através da imprensa, pela atuação de criminosos ligados ao tráfico de drogas, e que também residem na comunidade.

Sem dúvida os telefones celulares podem servir como auxiliares para o crime organizado. Já em Londres, eu pensava: como escrever minha etnografia dos telefones celulares no Morro São Jorge sem abordar essa questão? Como abordar essa questão? Não abordar, e retratar o Morro São Jorge em minha etnografia como uma comunidade de baixa renda, de camadas populares, mas como uma espécie de País das Maravilhas no qual o tráfico de drogas na comunidade é sequer mencionado? Se quero escrever sobre os usos do celular nessa comunidade, devo ignorar que esse tipo de uso também existe? Devo investigá-lo mais a fundo, e ir atrás de interlocutores envolvidos com o tráfico? Como não romantizar o meu campo? A essas questões se aliava outra, sobre a operacionalidade do campo. Claudia me havia avisado que eu evitasse expressamente circular sozinha pelo morro. As pessoas de lá ficam desconfiadas de "gente de fora" circulando por lá, me disse ela. Não te conhecem. Mas então como eu iria realizar as entrevistas, se a proposta era conversar com os interlocutores em seu ambiente doméstico? Não poderia contar sempre com Cláudia para me acompanhar e esperar durante quarenta minutos ou uma hora, que era a média esperada de duração das entrevistas. Além disso, a metodologia proposta incluía a observação participante. Enfim, como seria esse campo quando eu voltasse para o Brasil?

Em busca de algumas respostas, decidi conversar com o prof. Miller sobre minhas preocupações. Sobre seu trabalho na Jamaica, contou-me que, no início, a primeira coisa que muitos diziam quando perguntados para que usavam o celular era: "para matar as pessoas" – informação que também está publicada no livro resultante da etnografia (HORST; MILLER, 2006). Kingston, onde foi realizado o estudo, é uma das áreas com maior índice de assassinatos no mundo. Mas aos poucos os pesquisadores foram estabelecendo vínculos com esses informantes e verificaram que a frase acima era mais uma forma de intimidação do que uma ameaça real. O que não quer dizer que os celulares não fossem usados para o crime porque, de fato, eram. Quando Daniel e Heather Horst, co-autora do livro em questão *(The Cell Phone – An anthropology of communication)* se depararam com situações que poderiam por em risco sua integridade física, optaram por não

explorá-las. Foi o caso da conexão entre celulares e crimes. Como mencionam no livro os autores, há limites – até para a prática da etnografia.

E se, enquanto eu estivesse fazendo trabalho de campo no Morro São Jorge, chegasse aos ouvidos dos traficantes que uma pessoa estava indo nas casas e conversando sobre os celulares? Para que eram usados? Para quem mais se liga e por quê, entre outras questões? E se eles achassem que eu estava trabalhando para a polícia? Difícil saber o limite entre excesso de zelo e puro drama. Na dúvida, melhor ser cautelosa, aconselhou-me Daniel. Avaliar como está a situação do campo seria um bom passo, e isso seria possível através de um contato maior com pessoas-chave da comunidade. Tornar-se conhecida e protegida de tais pessoas ajudaria a evitar quaisquer problemas ou constrangimentos. Ele também concordou que se eu realmente tivesse que ficar completamente dependente de outra pessoa para circular no morro, o trabalho de campo ficaria bastante prejudicado. Além da questão da segurança, Daniel, um defensor ferrenho da importância da etnografia para o conhecimento antropológico, deu outros preciosos conselhos, baseadas na sua experiência como etnógrafo: apenas relaxe nos dois primeiros meses de campo, procure viver o dia-a-dia dos interlocutores; não chegue ao campo procurando impor modelos teóricos, mas sim deixe o campo "falar", pois aí pode estar a originalidade da tua tese. Evite ficar só nas entrevistas e observe; veja o que dizem entre eles. E pare de ler – *reading is bad for you.* Volte a ler depois do campo. Disse também, que em vários de seus trabalhos os dados etnográficos usados nos livros vieram na parte final do campo – um deles, nos três últimos meses. Nada muito diferente de tudo o que eu já havia lido sobre trabalho de campo, exceto o "pare de ler": mas como diz o ditado popular, treino é treino, jogo é jogo.

Abastecida com todas essas informações, volto ao Brasil e retomo o trabalho de campo em 15 de julho de 2008. Em princípio, duas vezes por semana, depois três; depois de dois meses, estou indo a campo quase todos os dias. O principal contexto de inserção são as reuniões do projeto de geração de renda, que acontecem todas as segundas e quartas à noite. Evito, como já havia feito na parte inicial do campo, usar o termo "informante" na comunidade devido aos óbvios significados deste termo: informante é quem trabalha para a polícia. Prefiro o termo "interlocutor" para os informantes-chave ou "participante" também na escrita etnográfica e, aos poucos – conforme vai se estabelecendo o vínculo de confiança – confiei que os participantes da pesquisa seriam interlocutores também na prática etnográfica. Um mês e meio após meu retorno de Londres, comecei a fazer algumas entrevistas.

Penso que o antropólogo também deve atentar, como outros autores já observaram (ZALUAR, 1985) que antes de nós outros pesquisadores, acadêmicos ou não, já adentraram o campo de pesquisa que agora tomamos como "nosso", lá deixando suas marcas. Ao contrário de Zaluar em sua pesquisa na Cidade de Deus, não tive que provar que não era jornalista; mas, como ela, logo aprendi que era importante deixar claro a razão de minha presença na comunidade, bem como os propósitos de minha pesquisa.

Como explicamos nosso objeto de pesquisa para aqueles com quem convivemos, observamos e pesquisamos ao longo de meses de trabalho de campo? Como justificamos nosso interesse em uma temática de interesse antropológico, que, para muitos, como escreveu Zaluar (1985) não parece ter "utilidade prática" à primeira vista? Fui recebida com extrema generosidade no São Jorge, e preocupava-me em deixar claro para aqueles que me concediam a graça de seu tempo e atenção os propósitos de meu trabalho. Abaixo, transcrevo um trecho do diário de campo, escrito no dia em que gravei uma entrevista com seu Roberto Carlos:

> Então a idéia da pesquisa é a seguinte: falar da história das pessoas aqui na comunidade, e da história dos celulares na vida das pessoas. Porque tem muita coisa já escrita em outros países, sobre como o celular mudou a vida das pessoas desde que o celular veio. [*E como mudou*, concorda ele]. Porque todo mundo concorda que mudou muito, mas é que aqui no Brasil ainda não tem muita coisa escrita sobre como mudou, aí a minha pesquisa é isso. E aí como é uma pesquisa que eu não tenho muito recurso para ficar viajando o Brasil inteiro, a gente escolhe um local para trabalhar, e a Claudia me disse que aqui seria interessante. É uma pesquisa longa, diferente daquelas pesquisas de político em que só precisa marcar um x. É um tipo de pesquisa em que precisa vir, conhecer as pessoas, conviver na comunidade... E aí a gente conversa mesmo com as pessoas, bate papo. Não tem resposta certa e errada não, é a opinião do senhor. (DIÁRIO DE CAMPO, 12 set. 2008).

Mas, em meio a entrevista, desligo o gravador. Logo depois que Roberto Carlos mencionou "uns certos problemas" que aconteciam no Morro São Jorge: "por que aqui é um morro muito polêmico, tem muita droga..." ao que respondi: "pois é, seu Roberto, isso também me preocupa..." E falo abertamente sobre minhas preocupações e receios – tal como descrevi neste texto. Afinal já conhecia Roberto Carlos desde a primeira fase do trabalho de campo, em 2007. Ele procurou me tranquilizar: "o morro hoje está bem melhor; se fosse antigamente tu ia ouvir tiro toda hora... E eu não tenho medo deles não, se precisar eu falo com eles mesmo." E sobre a minha mobilidade no campo: "Ninguém vai mexer contigo não se tu andares aqui. Só se tu tiveres medo, mas mexer contigo ninguém vai não, ainda mais que tu vens de dia. E qualquer coisa tu podes falar no meu nome."

Eu mesma sentia-me cada vez mais à vontade para circular no Morro, e meu desconforto, de forma similar aos moradores, direcionava-se aos que vinham de fora – em especial, à polícia. O relato abaixo, transcrito de meu Diário de Campo, demonstra o quanto os moradores parecem acostumados com a convivência com a polícia. Para mim, foi uma espécie de "batismo de fogo":

> Encontramos algumas pessoas do Projeto: Allison, Patrick, Nicole (a quem todos chamam Nique), Norma e Seu Gonçalves, que estavam chegando para a reunião. Pouca gente, nenhum dos convocados veio. Antes, uma cena meio assustadora, meio surreal: um helicóptero da polícia militar voando bem baixo, um pouco atrás das casinhas. Mas estão atrás de alguém logo no meio do morro. E é um helicóptero preto (será do BOPE?) não aquele branco e cáqui da Polícia Militar que já vi várias vezes, até sobrevoando a Beira-Mar Norte. Penso que já fui aceita como parte do grupo, porque até brincadeira comigo fazem, quando demonstro estar um pouco assustada com a presença do helicóptero. Sempre a Norma, muito gaiata, que grita na direção dos policiais: "É ela aqui, a bandidona, pega, pega!" e dá gostosas gargalhadas, apontado para o helicóptero e depois para mim. Ainda estou meio assustada com a cena, mas entro no espírito da brincadeira: "Que é isso, amiiiiiiga, amiiiiiiga..." Mas era assustador mesmo, ainda mais que dois dos policiais estavam com quase meio corpo para fora do helicóptero e com um fuzil, metralhadora ou coisa que o valha apontando para fora. Era muito perto, o barulho estava bem alto e com um pouco mais de esforço daria até para ver o rosto dos policiais (DIÁRIO DE CAMPO, 20.09.2008).

Ao final de dois meses e meio de trabalho de campo, sentia já haver passado pela fase de aceitação e que já havia estabelecido laços de confiança com as pessoas do Projeto. Às vezes eu trabalhava com eles. Tomava por vezes anotações de campo na frente deles sem que houvesse constrangimentos; perguntavam-me como isso ajudava na pesquisa e eu explicava o processo da etnografia.... Uma integrante do Projeto, com quem me dava muito bem, chegou a comentar durante uma dessas tardes de trabalho, falando de suas dificuldades financeiras: "quando eu preciso, pego o celular e ligo para os meus cunhados, eles sempre me ajudam." Comentei que meu orientador na Inglaterra escreveu um livro sobre celulares na Jamaica e que esse era um uso dos celulares naquele país, já que é muito difícil conseguir emprego: os parentes que trabalham em outros países enviam dinheiro para quem ficou. Essa não foi a única vez em que fiz comentários assim; quando saiu publicado o meu artigo, anteriormente mencionado, como capítulo de livro, mostrei o resultado para vários interlocutores e interlocutoras. Uma delas foi Vânia, uma mulher de quarenta e um anos, mãe de quatro filhos, que entrevistei pela primeira vez em janeiro de 2007. Ao me ver com o livro *(Culturas Juvenis no Século XXI)* sobre o qual me havia ouvido comentar tantas vezes: imediatamente demandou: "Cadê o livro?" Encontra seu nome, satisfeita: "Olha eu aqui". Ao ler a transcrição de sua entrevista no livro, Vânia riu bastante: "Ai que tanto

'nunca tive, nunca tive' que eu falei!" Outra interlocutora, Larissa, não somente leu o artigo quase inteiro, como fez comentários, conforme relembro abaixo através do diário de campo:

> Larissa está mesmo lendo todo o artigo. Faz comentários sobre a parte dos celulares e emoções – amor e ódio. "Gostei do jeito que tu usou a fala das pessoas... Isso da emoção é muito verdade... De amor, porque dá para o tímido contar o que sente quando tem vergonha de dizer pela frente; já o ódio é porque pode se expressado pela frente, por trás..." Eu digo: "E conta os segredos, pode dar briga" ao que Larissa responde, rindo: "Ih... Se pode!" (Diário de Campo, 16 dez. 2008).

Durante as entrevistas e no contato com meus interlocutores, muitas vezes falei de mim, me expus. Penso que o processo de tornar o informante de fato um interlocutor é complexo, mas esperava que atitudes como essa pudessem enriquecer, como de fato aconteceu, tanto a jornada quanto o resultado final aqui apresentado, sem que se perdesse o necessário distanciamento.

**Etnografando camadas populares: do medo ao encontro etnográfico**

A esses três primeiros meses do trabalho de campo, que foram marcados pelo processo de inserção e pela relativização de meus preconceitos, seguiram-se meses em que o trabalho correu sem maiores imprevistos no que tange ao meu medo inicial de sofrer alguma violência em campo. De fato, assim como relembra, quase trinta anos depois, Zaluar (2009) em relação ao seu primeiro trabalho de campo na Cidade de Deus, eu comecei a me sentir mais segura no Morro São Jorge do que, muitas vezes, fora dele. O que não significa que o restante do trabalho de campo tenha ocorrido sem sobressaltos ou, como preferem Bonetti e Fleischer (2007), passei por algumas "saias justas" e outras vezes tive de mostrar algum "jogo de cintura" – exatamente como nos relatos das antropólogas iniciantes da coletânea por elas organizada. Assim, minha proposta nesta seção é prosseguir apresentando o Morro São Jorge e alguns daqueles que se tornaram meus interlocutores, aprofundando a reflexão sobre minhas experiências no campo de pesquisa, procurando relacioná-la com a experiência social e o universo simbólico que observei no Morro São Jorge.

A partir desse ponto, gostaria de revisitar algumas experiências vividas nos meses finais do trabalho de campo, entre dezembro de 2008 e o final de abril de 2009. Estas falam de momentos de estranhamento, de dúvidas, dilemas e algumas "saias justas"; mas,

também, da satisfação de ter alcançado aquilo que, acredito, constituiu uma inserção bem sucedida em campo, e uma interlocução produtiva com os moradores do São Jorge.

Após vários meses circulando diariamente no São Jorge, tanto no alto, como no meio e na parte mais baixa do morro – só não ia a campo nos finais de semana – tornei-me bastante conhecida na comunidade. Geralmente eu reservava o horário da manhã para escrever o diário de campo, organizar minhas notas e fazer telefonemas para marcar entrevistas. À tarde, acompanhava os trabalhos do projeto de geração de renda, e circulava fazendo observações e entrevistas. Á noite, entre julho de 2008 e abril de 2009, acompanhei as reuniões do projeto de geração de renda, todas as segundas e quartas; às terças e quintas, acompanhava as aulas do grupo de alfabetização para adultos; e às sextas, nos dois últimos meses do campo, comecei a freqüentar um terreiro de umbanda para fazer observações. Estava interessada nas relações entre o consumo de telefones celulares e a vivência da religiosidade. Por dois meses, também acompanhei as aulas de filosofia de duas turmas de alunos do Ensino Médio na escola próxima do São Jorge. Através desses contextos de inserção conheci vários moradores que se tornaram interlocutores importantes, e fui apresentada a amigos e familiares. Não perdia oportunidade de estar em campo; e comparecia sempre que era informada de alguma festa de igreja, bingo ou outro evento. Às vezes, fazia também entrevistas à noite e nos finais de semana.

Uma das pessoas com quem mais tive contato durante o campo foi Nicole, conhecida por todos no São Jorge como Nique, uma mulher de trinta e seis anos, mesma idade que a minha na época. Nique era mãe de três filhos, de treze, dez e seis anos de idade. Mas tive que esconder meu choque quando os moradores comentavam quantos anos tinham: como Nique, a maioria aparentava ser mais velha – resultado que tinha a ver, acredito, com a vida cheia de preocupações e o acesso restrito a serviços de saúde. O sonho de Nique e sua irmã Janaína, por exemplo, era poder "consertar os dentes" ou arrancar todos e colocar dentadura – como sua mãe, D. Eva, já havia feito. Corpulenta, Nique sempre se queixava de dores nos rins e só ao final de minha estada no São Jorge conseguiu a tão sonhada cirurgia, pela qual esperava há mais de dois anos. Janaína era a atual presidente do projeto de geração de renda; mas foi sua mãe, D. Eva, a pioneira em incentivar as mulheres do São Jorge a se engajarem no Projeto. Foi a primeira presidente, mas não pode continuar o trabalho devido ao incidente que comentei anteriormente, que causou sua mudança para outro bairro. A melhor amiga de Nique – amiga de infância – era Norma, vice-presidente do projeto. Ambas de riso fácil, humor desbragado e língua afiada,

especialmente Norma. Era na casa das duas, e também no mercadinho no alto do Morro, que eu lanchava com mais freqüência nos finais de tarde, já que muitas e muitas vezes, especialmente nos últimos quatro meses de campo, permanecia na comunidade por períodos de oito horas seguidas; das duas às dez da noite, horário em que terminavam as aulas de alfabetização e as reuniões do Projeto. Nos primeiros tempos, entretanto, temi não ser bem aceita no grupo por causa da reação de Norma, que se mostrava reservada em relação à minha presença nas reuniões. Ao contrário de outros integrantes do Projeto, como relembro abaixo através de uma passagem do Diário de Campo:

> Apresentei-me, seguindo orientação da Claudia; falei da minha pesquisa, do propósito de estar ali. Disse que estava pedindo licença para freqüentar as reuniões do Projeto como uma forma de conhecer melhor e me inteirar dos assuntos da comunidade. Que havia feito uma primeira parte da pesquisa de campo no São Jorge, em 2007, e que esta havia sido bem produtiva, resultando na publicação de um capítulo de livro. Isso havia me motivado a continuar a pesquisa no São Jorge, cujas pessoas eu havia achado bem interessantes. Fui bem recebida, me deram as boas-vindas. D. Eva sorriu bastante para mim; é realmente uma pessoa-chave nesse campo. Nique, filha de D. Eva, diz que "é até bom alguém de fora freqüentar, pode dar alguma idéia nova". Um senhor de muletas [mais tarde saberia que seu nome é Darlei, e é amigo de Mércia, outra integrante do Projeto] faz um gracejo quando falo da minha pesquisa: "Quem não tem celular tem celulite". (Diário de campo, 21 jul. 2008).

Mas Norma, às vezes, me encarava de cenho franzido, e respondeu da seguinte forma ao meu primeiro pedido tímido para tirar uma foto de seu celular: "Tira foto minha que eu vou te processar, odeio aparecer em foto". Mas o laço de confiança foi se firmando, com a passagem do tempo e minha freqüência fiel às reuniões. Evitava dar palpites nas questões internas, mas apoiava as iniciativas e passei a ser considerada uma espécie de mascote do grupo. Era requisitada a assinar as pautas de reunião como se integrante fosse, pedido ao qual não me furtava. Comecei a colaborar documentando as reuniões com minha câmera – as imagens eram úteis para os relatórios da Prefeitura e do órgão financiador do projeto, e algumas delas foram incluídas nesses relatórios sempre que a assistente social não podia comparecer. Como Zaluar (1985) relata em relação ao seu uso da máquina fotográfica, meus interlocutores do Projeto estavam satisfeitos pois eu estava disposta a ajudá-los fazendo algo considerado prático e útil. E Norma, após uma semana em agosto em que não pude ir a reuniões por conta de ocupações acadêmicas (realizei um estágio-docência em 2008, junto com o trabalho de campo) recebeu meu retorno comentando: "A gente sentiu tua falta, você é como se fosse do projeto mesmo". E nunca mais me olhou desconfiada, até porque sempre fui cuidadosa quanto ao seu pânico de fotografia: "Norma,

tou cuidando, é só foto do celular que tá na tua mão. Olha aqui para você ver que é verdade". Embora talvez, de início, fosse difícil para meus interlocutores entender o que era "Antropologia", compreenderam rapidamente que eu estava interessada em fazer uma pesquisa que poderia resultar em um livro sobre "os moradores do São Jorge e suas estórias com os telefones celulares", como lhes explicava. E estórias não faltaram. Mais de uma vez, quando explicava o tema de pesquisa, ouvia comentários, entre risadas: "Celular, tem muita estória..." ou mesmo "Um livro só não vai dar!"

Algum tempo depois, enfrentei uma "saia justa" com as irmãs Nicole e Janaína. Em uma das reuniões do Projeto, a assistente social da Prefeitura divulgou que a proposta havia sido premiada em âmbito nacional e uma representante deveria ir a Brasília para comparecer a uma cerimônia oficial. Ocorre que o prêmio referia-se a uma gestão anterior, quando Elisabete, com quem eu havia marcado entrevista para dali a alguns dias, era presidente. Seria ela a viajar. As irmãs e Elizabete haviam se desentendido sobre assuntos internos do Projeto, e Elisabete preferiu desligar-se. Eu só soube da briga quando ouvi Nique exclamar: "Vão ter que chamar o SAMU [serviço de ambulâncias] então, porque eu quebro ela todinha antes dela pegar esse avião. É hoje que o SAMU sobe o morro!". Os apelos de calma da assistente social não surtiram efeito; aquela reunião terminou em meio a grande confusão. Mas Elisabete acabou viajando – sem se ferir, obviamente. Mas eu precisava resolver a questão; não queria me indispor com Janaína e Nique. Na reunião da semana seguinte, coloquei meu receio claramente para Janaína, que respondeu: "Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Sandra, a briga é nossa com ela, tu não tem nada a ver com isso. Se tu quiser ir na casa dela fazer o teu trabalho tudo bem. Mas que bom que tu falou".

Outra situação que experimentei que resultou em uma "saia justa" - bem mais justa que a relatada acima, já que fui pega completamente de surpresa – ocorreu quando comecei a freqüentar alguns cultos evangélicos. Na última fase de campo, como mencionei anteriormente, quis aprofundar a pesquisa sobre o papel da tecnologia na vivência da religiosidade, e iniciei entrevistas e observações entre evangélicos e umbandistas. Sabedora das restrições com que determinadas congregações neopentecostais encaram os cultos afro-brasileiros – como, por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus (MARIANO, 1999; PRANDI, 2005), preocupei-me em deixar claro para meus interlocutores evangélicos, que eram da Assembléia de Deus, que meu papel era o de pesquisadora e não de crente, e que também estava conversando com umbandistas, o que foi recebido sem maiores problemas.

Minha experiência de campo confirma o que diz Zaluar (2009): deixar sempre claros os propósitos da pesquisa e nosso papel enquanto pesquisadores pode nos poupar de situações de violência e constrangimento; e, eu acrescentaria, facilita imensamente nossa relação com os interlocutores ao longo do trabalho de campo.

Reiterar meu papel como pesquisadora, entretanto, não significa dizer que meus interlocutores evangélicos não tenham tentado me "converter", o que aconteceu mais de uma vez. Saulo e Edinéia, um casal evangélico,tornaram-se dois interlocutores privilegiados ao longo de vários meses. Em fevereiro de 2009, Saulo, que trabalhava como vigilante, tornou-se pastor de um dos dois templos da Assembléia de Deus localizados no São Jorge. Já conhecia o casal há vários meses, e aceitei o convite para o culto que o consagraria como pastor. Ás dezenove horas, cheguei ao pequeno templo, que deveria ter, talvez, uns sessenta metros quadrados. Os vidros da porta haviam sido quebrados, segundo Saulo, pelos "maconheiros"; nas paredes, cartolinas com versículos bíblicos cuidadosamente escritos à mão livre. Outros evangélicos que me conheciam também estavam presentes, entre eles seu Josevaldo, dirigente desse mesmo templo e cunhado de Saulo. Sentei-me discretamente na última fila e sou cumprimentada por várias pessoas com a saudação evangélica: "A paz do Senhor". A ocasião era festiva e observei duas pessoas tirando fotos durante o culto. Chega a hora – Saulo é chamado à frente, pega o microfone e começa a falar do poder de Jesus na vida das pessoas. Todos acompanham com atenção. De repente, ouço Saulo dizer algo como: "E eu quero dizer que Jesus tem um plano para a vida de cada um de vocês... Que Jesus está chamando por cada um de vocês agora. Todos são especiais para Jesus – como aquela moça que está lá, na última fila. Sim, você. Venha, venha aqui à frente, por favor, Jesus quer falar contigo". Todas as cabeças se viraram em minha direção. Senti um frio na boca do estômago e as mãos geladas, mas levantei-me e fui. Vários pensamentos sobre a ética no campo me passaram pela cabeça nos menos de vinte segundos que demorei para chegar ao altar. Mas, de alguma forma, compreendi que fazia parte de uma performance. Eu já imaginava o que viria a seguir. Saulo disse algumas frases, que o nervosismo me impediu sequer de lembrar para registrar depois no diário de campo; depois, colocou outro microfone em minhas mãos: "Você acredita que Jesus é o único salvador para sua vida? Você aceita Jesus em sua vida?" Seguiu-se um trêmulo "sim" de minha parte. "Então repita comigo..." Repeti com a firmeza que pude as duas ou três frases que Saulo disse. Depois, Saulo exclamou algo sobre o poder de Jesus e foi ovacionado. Percebi que podia voltar para o meu lugar. Por fora eu tentava sorrir; por dentro, minha cabeça rodava. Compreendia que

era importante para Saulo que eu tivesse aceito o convite para ir ao altar, já que, como já bem observou Zaluar (1985), a associação com a figura do pesquisador pode conferir uma espécie de capital social ao interlocutor, o que resulta em prestígio. Esquivar-me ao convite de Saulo resultaria em uma situação insustável que lhe traria vergonha pública ante seus pares, e para ele significaria, com certeza, uma traição da confiança que me depositava. Será que agia agido da melhor forma? Meu receio podia ser traduzido na seguinte questão: será que Saulo, e os demais presentes, acreditavam que eu havia me "convertido"?

Os dias seguintes trouxeram a resposta. Não fui ao culto seguinte. Circulando no São Jorge, depois de alguns dias reencontrei alguns dos evangélicos que estiveram naquele culto, e fui cumprimentada normalmente. No caso de alguns, como a esposa do pastor que havia sido "promovido", e a quem Saulo substituíra, com mais ênfase até: "A paz do senhor... Olha, foi um prazer te conhecer. Quando você quiser aparece lá em casa, está bem?" No dia seguinte reencontrei Saulo e Edinéia, e perguntei se o que fizera significava conversão. Fui imediatamente tranqüilizada: "Sandra, isso significa que você é uma pessoa que acredita em Jesus. Você acredita em Jesus, não acredita?" Eu disse que sim, que havia sido criada em família católica, tinha uma irmã adventista do sétimo dia, sentia-me uma pessoa "com fé", mas fui franca: era católica não-praticante. Ato contínuo, Edinéia explicou: "você é bem-vinda para ir ao culto quando quiser". E deu a entender que a conversão é um processo, e não apenas um evento. Nosso relacionamento não sofreu qualquer abalo, ao contrário de meus temores iniciais. Após o encerramento do trabalho de campo, e com o aprofundamento de minhas leituras em sociologia e antropologia da religião, percebi que não é incomum que pesquisadores trabalhando com religiosidade recebam reiterados convites para conversão por parte de seus interlocutores. Mariano (1999), pesquisando sobre neopentecostalismo, relata ter passado por uma situação bastante similar à que experimentei no São Jorge; e Silva (2006), ao analisar as relações observador-observado entre antropólogos em campo e sacerdotes de religiões afro-brasileiras, observa o contínuo esforço dos segundos de trazerem os primeiros para sua esfera de influência. No meu caso, não se tratava de uma pesquisa cujo foco recaía totalmente sobre religião, mas sim do esforço de uma pesquisadora em captar as complexas nuances e possibilidades que o trabalho de campo projetava sobre seu objeto de estudo.

Como já observaram outros pesquisadores, que se dedicaram a refletir sobre as peculiaridades do trabalho de campo por uma perspectiva de gênero (BONETTI; FLEISCHER, 2007; GROSSI, 1992; ALMEIDA, 1995) o gênero do pesquisador possui

influência sobre a relação com os interlocutores. Embora sabedora de que a "antropóloga neutra e assexuada" não passa de um mito (GROSSI, 1992) busquei a máxima discrição no vestir e no comportamento. A maioria das entrevistas que fiz com interlocutores do sexo masculino foi em suas casas, mas na presença de mulheres: suas mães, esposas ou irmãs. Sentia-me desconfortável em ficar sozinha com um interlocutor em sua casa, muito mais por questões pessoais do que por qualquer comportamento inadequado por parte de algum interlocutor – sempre fui tratada com consideração e respeito no São Jorge. A entrevista com seu Jurandir, um dos líderes comunitários do São Jorge, foi em sua casa; mas sua esposa, Maria Rita, chegou do trabalho logo em seguida, para meu alívio. Eu temia fofocas e maledicências. Nena, por exemplo, já havia me alertado para essa questão: "Antes eu andava muito no morro, mas aí eu parei. É muita fofoca. Agora só digo oi e bom-dia bem de longe. Bom dia, boa tarde, vocês lá e eu aqui. Eu conheço o Morro inteiro, cabo a rabo". Se eu tinha alguma dúvida, isso ficou claro em uma das entrevistas que fiz com Saulo, em seu local de trabalho. Na época, Saulo trabalhava como vigilante do salão comunitário do São Jorge, que é vizinho às "casinhas" do conjunto habitacional. Assim que chego para a entrevista, ele me pede educadamente: "Por favor, a senhorita [Saulo sempre me tratou por "senhora", e depois que soube que eu era solteira, por "senhorita"] puxa a sua cadeira, vamos ficar aqui mais para fora, bem na vista de todos. Aqui tem que ter cuidado com a fofoca". O fato de eu ser mulher me impediu de ter maior acesso à observações em ambientes sociais mais freqüentados por homens; e de ter feito mais entrevistas com interlocutores do sexo masculino. Por exemplo, Lila, uma de minhas interlocutoras, comentou mais de uma vez do interesse de seu marido por celulares e que seria muito interessante para a pesquisa que eu o entrevistasse. Chegou mesmo a marcar para que eu fosse à sua casa em determinado dia, que pediria para que seu marido falasse comigo. No dia combinado, porém, ele acabou preferindo não conceder a entrevista.

Em sua reflexão sobre o trabalho do antropólogo, Roberto Cardoso de Oliveira (2006) sublinha com especial ênfase o esforço que o antropólogo deve fazer para treinar sua capacidade de olhar, mas também de ouvir. Trata-se de pensar em uma escuta delicada e atenta que, disciplinada pela teoria antropológica, possibilita o pleno encontro etnográfico no sentido da superação da "diferença entre 'idiomas culturais', a saber, entre o mundo do pesquisador e o do nativo, esse mundo estranho no qual desejamos penetrar" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 23). No caso de meu trabalho de campo, penso que a busca do exercício desse *ouvir* encontrou seu ponto culminante nas entrevistas e

observações relacionadas à questão do papel das tecnologias na vivência da religiosidade, tema do último capítulo da tese. Para mim, essas foram as entrevistas e observações mais desafiadoras, mas também as mais fascinantes. Penso serem especialmente significativos os achados etnográficos relacionados às religiões afro-brasileiras. Devo à uma interlocutora em particular, Nena, uma umbandista, o agradecimento pela concessão de uma entrevista que considerei fascinante, e constitui a porta de entrada para o universo da umbanda. Freqüentei terreiros, conheci pais e mães-de-santo, participei do ritual do "amassi" – o banho ritual de folhas maceradas (PRANDI, 2005) e de uma festa de Cosme e Damião na casa de D. Catarina, onde pude ver alguns interlocutores, como Helena, em transe ritual. Nesse processo, fui superando várias experiências de estranhamento. Como em uma das últimas *giras* (sessões de umbanda) a que compareci, no terreiro de D. Cema. Era uma festa de Exu e pomba-gira. D. Cema, que estava incorporada com sua cigana, dançava com um taça de champagne na mão. Em dado momento, sua entidade, a cigana, veio até onde eu me encontrava: "Puxa comigo, moleca!" E me ofereceu um gole de bebida, que aceitei.

Outra importante reflexão de Roberto Cardoso de Oliveira sobre o trabalho antropológico – e é com ela que me encaminho para o final deste capítulo – consiste na importância de atentar para as relações de poder entre observador-observado que podem se fazer presentes no momento da entrevista e durante o trabalho de campo. Nesse sentido, urge que se transforme o "informante" em "interlocutor" – só assim é possível uma relação dialógica, condição para a interlocução que conduz ao encontro etnográfico. Este ocorre, para Cardoso de Oliveira,

> [...] desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando formalmente um diálogo entre "iguais", sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso [...] Ao trocarem informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guindados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante. O ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, em uma outra de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Durante todo o período de trabalho de campo no São Jorge, busquei seguir a recomendação do grande mestre. Em maior ou menor grau, com maior ou menor intensidade ao nível das relações pessoais, acredito que tenha conseguido travar um diálogo com interlocutores, ao invés de apenas obter dados de informantes. D. Anita, professora do grupo de alfabetização de adultos, trabalhava no São Jorge já há doze anos quando a

conheci. Não a entrevistei formalmente para a pesquisa, mas D. Anita, por se profunda conhecedora da realidade e dos moradores do São Jorge, foi uma pessoa com quem troquei muitas idéias e busquei conselhos em momentos de dúvida. Se aciono a lembrança dessas conversas aqui, é para falar do retorno que me deu da última vez em que nos encontramos, antes de minha despedida. Como a respeitava muito, suas palavras me encheram de alegria: "Sandra, acho que se você consegui conversar com tanta gente aqui, é porque você nunca chegou 'de salto alto'".

Nos diálogos com os interlocutores, tive oportunidade de conversar, em muitos casos, sobre minhas hipóteses em relação aos meus achados etnográficos. Penso que a interlocução foi especialmente produtiva em relação a dois momentos de análise. Primeiro, no capítulo sete, onde reflito sobre a importância da prática de ouvir música na construção de um modelo de masculinidade hegemônica juvenil, quando pude conversar a respeito com uma liderança do movimento hip-hop no São Jorge, Carlos Alberto. Segundo, no capítulo oito, quando percebo o papel da função bluetooth dos celulares no aumento do capital cultural de jovens *ogãs* do São Jorge. Devido à questão da influência do gênero do pesquisador no trabalho de campo, conforme comentei acima, tornou-se difícil meu acesso para conseguir entrevistas com os *ogãs* mais jovens, que se mostraram bastante arredios. Consegui conversar sobre minhas observações com dois *ogãs* mais velhos, Rael e Vasco, ambos na faixa etária dos trinta anos, que comigo compartilharam considerações e validaram minha hipótese.

Vasco, aliás, é um bom exemplo para refletir sobre as relações entre pesquisador-pesquisado. Normalmente, como coloca Zaluar (1985) o antropólogo tem dificuldade em tornar clara para seus interlocutores uma "utilidade prática" de sua pesquisa. Difícil explicar para que serve a Antropologia. Era minha primeira visita a um terreiro de umbanda. No intervalo da sessão, resolvi fazer minhas anotações, discretamente, em um canto. De repente, ouço uma voz por cima dos ombros: "Você trabalha com Antropologia?" Era Vasco, com quem começo um animado diálogo sobre trabalho de campo. "Antropologia, eu sei o que é... Estuda o comportamento dos povos, não é isso?" Explica-me que tinha conhecido outra moça – bem mais jovem do que eu, e até onde consegui perceber, possivelmente uma estudante de graduação – que já havia feito pesquisa sobre os umbandistas do São Jorge. O que o relato de Vasco sublinha, assim, é o óbvio lembrete de que quem observa também é observado. Não foi o único relato que ouvi a respeito de outros pesquisadores que imprimiram suas marcas no Morro São Jorge - alguns deixaram boas

recordações; a um ou outro, havia uma censura guardada, como mostra um comentário de D. Anita: "Muita gente que já esteve aqui, consegui o que queria, e nunca mais voltou prá dar notícia.... Teve uma que veio fazer pesquisa e nunca mais, nem para avisar quando o trabalho ficou pronto".

É freqüente o relato, em etnografias, de que jornalistas deixam marcas negativas em um campo de pesquisa que o antropólogo espera explorar, fazendo com que este tenha que se esforçar para superar desconfianças iniciais (ZALUAR, 1985). D. Cema, como liderança comunitária do São Jorge, por exemplo, é uma pessoa que já esteve na mídia de Florianópolis mais de uma vez. Uma tarde, ouvi o seguinte diálogo entre ela e um dos netos: "Vó, eu vi a senhora no jornal". "Ah, foi? Eu vou acabar com isso aí [rindo] Eu vou processar. Eu sou estrela, tou no jornal, na televisão e nem sei de nada? Vou acabar com isso". O "nem sei de nada" é o fio condutor que quero puxar aqui para ilustrar o argumento de que, se falta aos jornalistas tal preocupação, os antropólogos – sei que muito já foi escrito sobre isso – devem se preocupar com as marcas que deixam no campo, bem como sobre o retorno de suas pesquisas para as populações envolvidas.

Na semana que reservei para me despedir de meus interlocutores ("olha como ela se lembra da gente" surpreenderam-se alguns), visitei D. Cema novamente. Encontro-a entretida trabalhando com uma neta – estão curtindo uma pele de animal para consertar um atabaque. "Só que é couro de cabra. Como diz o ditado, quem não tem cão caça com gato. Couro de boi é caro, e nem tinha. Couro de búfalo é mais caro ainda É só deixar molhado, esticar, que dá certo". Despeço-me agradecendo toda a paciência e gentileza que me dispensou ao longo de tantos encontros. D. Cema pede que eu não me esqueça dela: "É sempre assim, a gente acaba se apegando, aí a pessoa tem que ir embora... Já tinha outra moça outro ano fazendo pesquisa aqui, bem simpática... Depois eu nunca mais soube dela". Em seguida, lembra de outro caso: "eu conhecia o fulano, ele era professor da Universidade, se formou em Teologia... Eles vieram fazer um trabalho aqui no São Jorge. Sobre a luta do pessoal de favela". Mas, em seguida, D. Cema pára, pondera... "O problema... O que eu sinto é que vocês que vem lá do meio da fartura pra fazer uma universidade quando chega aqui é totalmente diferente. Aqui tu trabalha de manhã pra comer de noite. E vocês tão no meio da fartura". Atrevo-me a dizer que, com outras palavras, D. Cema expressa a mesma preocupação que Roberto Cardoso de Oliveira, quando escreveu sobre o esforço necessário para superar a barreira dos diferentes "idiomas

culturais" de pesquisador e pesquisado. Esforço, entretanto, fundamental no trajeto para o encontro etnográfico.

## Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade.** Lisboa: Fim de Século, 1995.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. Diário de campo: (sempre) um experimento etnográfico-literário? IN: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (orgs.). **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura.** Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/EDUNISC, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação,** nr. 10, jan-abr. 1999, p. 58-78.

GROSSI, Miriam. Na busca do "outro", encontra-se a "si mesmo". IN: **Trabalho de Campo e Subjetividade.** Florianópolis: Laboratório de Antropologia, Grupo de Estudos de Gênero e Subjetividade, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC, 1992.

HORST, Heather; MILLER, Daniel. **The Cell Phone:** an Anthropology of Communication. Oxford; Berg, 2006.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais:** sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados:** orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Sandra Rubia. Vivendo com celulares: identidade, corpo e sociabilidade nas culturas urbanas. In: BORELLI, Silvia; FREIRE FILHO, João (orgs.). **Culturas juvenis no século XX**I. São Paulo: EDUC, 2008, p. 311-331.

SILVA, Sandra Rubia. **Estar no tempo, estar no mundo:** a vida social dos telefones celulares em um grupo popular. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010a.

SILVA, Sandra Rubia. Do "celular pai-de-santo" ao "celular-orelhão": humor, conflito e novas práticas socioculturais na apropriação do telefone celular em grupos populares. **Intexto,** Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 22, p. 116-133, janeiro/junho 2010b.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana,** Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, Oct. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Mar. 2010. doi: 10.1590/S0104-93132009000200009.